

Itamar anuncia o fim da moratória

Dívida Pública

Belo Horizonte – Cristina Horta/Estado de Minas

■ Governador diz que o novo acordo da dívida é só “entendimento técnico”

ROSELENA NICOLAU

BELO HORIZONTE – O governador Itamar Franco (sem partido) anunciou ontem o fim da moratória mineira, 13 meses depois de ter sido decretada. Foram assinados com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, aditivos ao contrato do acordo da dívida, que, em janeiro, era de R\$ 18,6 bilhões. Longe de levantar a bandeira branca, sem sorrir ou demonstrar contentamento, o governador mineiro fez novos ataques ao governo federal e avisou que o entendimento não “resolve o problema em definitivo” e, por isso, não está renunciando ao “direito de, futuramente, voltar a ajuizar os mesmos pleitos”.

Itamar Franco adiantou sua disposição: “Continuaremos a lutar pela autonomia do estado e pela defesa dos interesses e da dignidade do povo mineiro. Este embate só terá fim quando o país voltar-se prioritariamente para o atendimento do interesse público nacional. É por esta razão que estamos empenhados em construir uma grande aliança entre as forças progressistas de centro e da esquerda, com o fim de reconquistar o poder para o seu verdadeiro e único titular – o povo.”

Necessidade – Depois de assinar os aditivos ao acordo da dívida negociado pelo ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB), Itamar Franco reuniu todo o secretariado no principal salão do Palácio da Liberdade, onde fez um duro discurso contra o governo federal. O governador avaliou que a moratória cumpriu seu papel e ressaltou que o pacto com a União é um “entendimento técnico”. Ele afirmou que a moratória foi fruto de uma necessidade, pelas condições financeiras do estado e pela impossibilidade de negociar com a União.

“A moratória cumpriu seu papel. Forçou o governo federal a renegociar. Além disso, mostrou que a ausência das reformas tributária e fiscal foi responsável pelo enfraquecimento da economia e pela guerra fiscal entre os estados”, afirmou o governador, que repetiu os argumentos em pronunciamento veiculado pelas emissoras de televisão depois da cerimônia.

Desemprego – A aprovação do projeto que permitiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em detrimento das reformas tributária e fiscal – “não estas que o governo da União hoje pretende” –, e a política econômica do governo federal foram alvos do discurso de Itamar, que lançou mão do passado para explicar os motivos que o levaram a decretar a moratória, em 6 de janeiro de 1999. “A política imposta pe-

lo governo federal ficou baseada na desaceleração da atividade econômica, na falência do empresariado brasileiro, no desemprego e na perda do mercado nacional em proveito de produtores estrangeiros.”

O governador acusou o Executivo federal de desnacionalizar a economia, subsidiando estrangeiros, e afirmou que as reformas feitas limitam-se “à supressão das salvaguardas constitucionais de defesa da economia nacional”.

FMI – Para Itamar Franco, o país está sendo governado em nome do Consenso de Washington e das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele não se esqueceu de atacar os recentes ganhos do governo federal, como a aprovação do projeto de Desvinculação das Receitas da União (DRU): “A qualquer custo, o governo central vem tomando recursos de estados e municípios. A iniciativa da DRU será inserida em nosso texto constitucional para ferir de morte, por antecedência, qualquer projeto de reforma tributária ou fiscal.”

A guerra fiscal, destacou Itamar Franco, é também reflexo de imposições do governo federal. “Estados e municípios são levados a uma guerra fiscal fratricida. As fontes de recursos das finanças públicas estão sendo leiloadas em benefício do capital especulativo”, disse.

Vitória – O governador demonstrou se sentir vitorioso. Segundo ele, Minas na sua posse era a “expressão da desesperança”, mas hoje é “um outro estado” porque, garantiu, praticamente eliminou o déficit primário, recuperou seus valores históricos, reorganizou e fortaleceu o estado.

A cerimônia de assinatura dos aditivos do contrato da dívida também teve a presença de representantes do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, não deu sequer uma declaração. Todo o secretariado foi proibido de dar informações sobre o acordo, incluindo o da Fazenda, José Augusto Trópia, que hoje dá entrevista.

O Ministério da Fazenda divulgou nota sobre os termos do acordo e anunciou que o governo mineiro desistiu da ação que mantinha no Supremo Tribunal Federal.

A primeira aproximação pós-moratória de Itamar Franco com o governo federal está marcada para o dia 16. O governador se reunirá com o ministro da Saúde, José Serra, em Brasília. Ele deverá reivindicar recursos para a construção de uma fábrica de medicamentos e soros.



Itamar e o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, assinaram a renegociação da dívida